

19/06/98 A-2

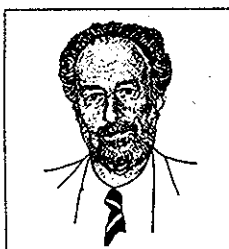
WASHINGTON NOVAES

O buraco é mais em cima

É pena que mais uma vez a comunicação brasileira não tenha dado importância à 3.^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em maio, em Bratislava. Temas decisivos para o País detentor da mais rica biodiversidade do planeta foram ali tratados sem chegar ao conhecimento da sociedade e da maior parte dos governantes, que não conseguem internalizar essa questão nas várias políticas setoriais – transporte, energia, agricultura, mineração e pesca, principalmente, que colidem frontalmente com as necessidades de preservação da diversidade biológica. E, como o que não está na comunicação na prática não existe para a política, o atraso na discussão persiste.

Talvez se possa avançar se houver agora a necessária discussão interna em torno do balanço nessa área feito pelo relatório brasileiro preparado pela Coordenação da Diversidade Biológica (Cobio) do Ministério do Meio Ambiente. É um acervo importante de informações, que pode reorientar muito do que se faz hoje em prejuízo da biodiversidade.

De qualquer forma, as decisões tomadas em Bratislava terão repercussões importantes aqui. Decidiu-se, por exemplo, criar um programa de trabalho específico para a biodiversidade de águas interiores. Quando se for trabalhar internamente esse tema, será inevitável que se tenha de rever muito do que está sendo feito nas áreas de hidroeletricidade, navegação (hidrovias), agricultura e outras. Projetos do tipo da Usina de Serra da Mesa, inaugurada há poucos dias (sem a devida licença ambiental), não passariam por um crivo desse tipo, na medida em que se in-



Insustentável um consumo humano de mais de 3% da produção primária líquida global

foi criado programa específico de trabalho, assim como para a biodiversidade florestal (extremamente ameaçada na Amazônia, no Centro-Oeste e na mata atlântica) e a diversidade marinha e costeira (igualmente sob fortes impactos no Brasil).

Nas discussões de Bratislava, cobrou-se muito a necessidade de avanços na área da agricultura, principalmente na proteção e recuperação da biodiversidade alimentar nativa, hoje fortemente ameaçada pelo quase monopólio das sementes comercializadas e pelo avanço das sementes transgênicas.

As discussões sobre os mecanismos da convenção também foram importantes, na medida em que, no formato que prevaleceu até aqui, os países industrializados têm levado vantagem, por sua capacidade de dedicar mais recursos financeiros e humanos ao tema. Chegamos mais preparados, com mais representantes, participamos de todas as discussões, levamos vantagem até no idioma dominante (inglês). Decidiu-se, por isso, espaçar as reuniões – de dois em dois anos –, de modo que todos possam preparar melhor seus documentos e estudar previamente os dos demais participantes. Pela mesma razão, foi criado um órgão que, como na convenção de mudanças climáticas, fará reuniões

terrompeu totalmente, durante muito tempo, o fluxo de um dos maiores rios do mundo, se sacrificou toda a vegetação numa área de quase 1.800 km² e boa parte da fauna, se prejudicou uma comunidade indígena, se disseminou malária na região do leito seco, se sepultaram 400 sítios arqueológicos, etc.

Também para a proteção dos conhecimentos de comunidades tradicionais

preparatórias (a primeira em 1999), com discussões prévias sobre os principais temas.

A avaliação sobre avanços a partir de 1992, quando a convenção foi assinada, é realista: tem sido muito difícil implementar a convenção, porque não existe ainda um sistema de acompanhamento e cobrança e porque são necessários outros instrumentos, além da fixação de metas e prazos para cumprimento. Por isso mesmo se abriu a discussão sobre a criação de indicadores internacionais para avaliar a situação da diversidade biológica.

Quase unanimemente, porém, se reconheceu que as maiores dificuldades estão nos próprios governos – que não conseguem fazer da questão ambiental um pressuposto em todos os setores – e na própria sociedade, que, pouco informada, não pressiona os governos.

Precisaria, de fato, ser diferente. Ainda há poucas semanas, a World Conservation Union (WCU) divulgou a *Lista de Plantas Ameaçadas*, que exigiu 20 anos de trabalho e consultas a mais de 18 mil fontes. Das 33.798 espécies listadas, 380 estão extintas; 371, provavelmente extintas; 6.522, ameaçadas de extinção e as demais são raras ou vulneráveis. Mais grave é que 91% das espécies são endêmicas, só existem num país. Muitas têm importância econômica.

Talvez a lista seja muito maior, advertiu a WCU, porque faltam informações sobre o Brasil e a África. E está-se investindo pouco em plantas – menos de 10% do que se gasta com animais.

Deveríamos estar mais preocupados. Paul R. Ehrlich, um dos grandes nomes das ciências biológicas (Universidade de Stanford, Califórnia), lembra que a fonte de alimentos dos animais (inclusive dos seres humanos) em todos os principais ecossistemas é a energia que as plantas colocam em suas moléculas orgânicas, no processo de fotossíntese. Essa quantidade de energia, conhecida como

produção primária líquida (PPL), é estimada, em todo o planeta, em 225 bilhões de toneladas métricas anuais de matéria orgânica, das quais 60% em terra firme.

A humanidade está utilizando diretamente (comendo, alimentando gado, usando como madeira e lenha) mais de 3% da PPL global e, no mínimo, 4% da PPL de terra firme. Se se acrescentar a biomassa consumida em queimadas, a parte dos pastos (que eram florestas) não consumida pelo gado e outras fontes, a participação humana no consumo de PPL chega a 30%. Com a transformação de florestas em fazendas e pastos, aterramento de pântanos, degradação de pastagens e outros fatores, seriam mais 13%. Portanto, a participação humana no consumo de PPL é de mais de dois quintos da disponibilidade. E, como se prevê que a população mundial poderá até duplicar, chegar-se-ia a 80%.

Ehrlich lembra que a espécie humana é apenas uma em pelo menos 5 milhões de espécies. É insustentável um consumo dessa ordem. E de pouco valeria argumentar que poderíamos recorrer ao mar. Ali, segundo o biólogo, já estão sendo consumidos pelos seres humanos 2% da PPL, sob a forma de peixes e invertebrados, e dificilmente se poderia consumir mais: já há sobrepesca. Passaríamos a consumir fitoplâncton e zooplâncton?

Para Ehrlich, a estratégia de criar reservas é insuficiente – porque a população cresce e mesmo as áreas preservadas são atingidas por chuva ácida, por mudanças climáticas e outras alterações produzidas pela ação humana. “Talvez, diz ele, “seja necessária uma transformação quase religiosa, que leve à apreciação da diversidade por ela mesma, independentemente de seus benefícios diretos para a humanidade.” Internalização das questões ambientais nos governos. Transformação religiosa. O buraco é muito mais em cima.